

# EDUCAÇÃO, SUJEITO E TRABALHO

Lucas Melgaço da Silva  
Maria Márcia Linhares de Souza  
Mirley Nadila Pimentel Rocha

## RESUMO

É sabido que a educação comumente é vista como uma variável importante para o modo de inserção e participação no mercado de trabalho. Acredita-se que quanto maior o nível de escolaridade, melhor a localização na escala sócio-profissional e de que o aumento da escolaridade conduz a uma mobilidade social ascendente. Todavia, esta relação é mais complexa do que se pensa, pois tem a ver também com questões conjunturais e estruturas. Neste sentido, este artigo que tem como tema Educação e Trabalho objetiva analisar a importância da educação para o ingresso no mercado de trabalho levando-se em consideração fatores como renda, raça, gênero, idade, entre outros. Buscar-se-á responder a seguinte questão: **qual a relação entre escolaridade e desigualdade no mercado de trabalho?** A metodologia baseia-se numa pesquisa bibliográfica em que se buscou utilizar as fontes em livros, revistas, dissertações, teses, monografias, internet, etc. Do que foi estudado, pode-se dizer que existe de fato uma relação entre o nível de escolaridade e a desigualdade no mercado de trabalho. No entanto, a falta de estudo não é o único fator determinante para a exclusão social, pois, pessoas que possuem o mesmo nível educacional se inserem e participam do mercado de trabalho de forma bastante diferenciada. Assim, a relação entre educação e trabalho é social e fatores como sexo, raça/cor e idade têm importância crucial.

**Palavras-Chave:** Trabalho. Escolaridade. Mercado. Exclusão e Inclusão Social.

## 1 INTRODUÇÃO

Mesmo com a implantação das políticas sociais existentes atualmente no Brasil ainda se observa um elevado grau de desigualdade de renda, se comparado com outros

países no mundo para os quais existem dados sobre a distribuição de renda. Diante dessa constatação, o ingresso no mercado de trabalho é uma das formas, senão a principal forma de extinguir estas desigualdades sociais. Todavia, nem todos conseguem este ingresso.

Para muitos estudiosos da teoria do capital humano o que de fato garante o ingresso no mercado de trabalho é a educação, o grau de escolarização. Diante disso, governos ao redor do mundo têm aumentado em grandes proporções os recursos destinados à educação.

O interesse de estudiosos e políticos em melhorar a escola tem sido reforçado diretamente pelo reconhecimento da importância da formação do capital humano para indivíduos e sociedade. Muitas das motivações vêm de análises teóricas e empíricas sobre a relação entre a renda, a produtividade e o crescimento econômico e a quantidade de escolaridade do indivíduo (HANUSHEK, 2003)

Realmente, se observa que nas últimas décadas o número de alunos matriculados aumentou. Existe uma correria e campanhas para que não haja crianças fora da escola. Isso tudo porque a miséria, a fome e a concentração de renda, bem como, o desemprego atingem níveis inaceitáveis, causados pelo analfabetismo em todo mundo.

No Brasil, a crise de emprego vem se manifestando significativamente a partir dos anos 90, consolidando a desestruturação do mercado de trabalho com a redução do trabalho formal e o aumento dos índices de desemprego. Apregoa-se então a idéia de que a educação é a saída para o desemprego, já que aqueles com menor escolaridade estão sem trabalho. Daí se investir muito em quantidade da educação, em detrimento da qualidade.

Porém, é preciso analisar e perceber que as razões porque milhões de brasileiros estão fora do mercado de trabalho são inúmeras e vai desde a condição de raça, cor, sexo, passando claro, pela educação. Nesse contexto, ninguém discorda que a escolaridade influencia na probabilidade de ingresso no mercado de trabalho.

Quanto mais escolarizado o indivíduo for, maiores serão as suas chances de ingressar no mercado de trabalho. Nessa perspectiva, existe uma estreita relação entre trabalho e educação. O fato é que a escolaridade serve como um bom indicador de estratificação social, uma vez que indivíduos com anos de estudos elevados tende a se diferenciar socialmente de indivíduos com baixa escolarização.

Como acontece com qualquer outra característica individual que influencia produtividade e salário, a relação entre educação e desigualdade salarial depende de dois fatores: grau de desigualdade entre trabalhadores com respeito à educação e sensibilidade dos salários ao nível educacional. Com respeito à desigualdade em educação, poucos países no mundo conseguem atingir níveis semelhantes aos do Brasil.

Com quase 15% da força de trabalho formados por trabalhadores sem instrução alguma e cerca de 10% da população com educação superior, o Brasil consegue atingir níveis de desigualdade em educação insuperáveis. Estudos comparativos entre Brasil e Estados Unidos revelam que o grau de desigualdade educacional no Brasil é cerca de seis vezes superior ao observado nos Estados Unidos, sendo que o Brasil é o país com o mais alto grau de desigualdade no grupo.

Diante dessas constatações, este artigo tem como objetivo analisar a importância da educação para o ingresso no mercado de trabalho levando-se em consideração fatores como renda, raça, gênero, idade, entre outros. Buscar-se-á responder a seguinte questão: **qual a relação entre escolaridade e desigualdade no mercado de trabalho?**

Considerando que a questão da qualificação profissional passa pelo analfabetismo funcional e também pelo fracasso escolar infantil, focalizar a exclusão social transformada pelas vias da evasão e repetência escolar é primordial. A importância deste trabalho está em analisar a relação entre o grau de escolaridade, o nível de qualificação profissional e o acesso ao mercado formal de trabalho.

A metodologia baseia-se numa pesquisa bibliográfica em que se buscou utilizar as fontes em livros, revistas, dissertações, teses, monografias, internet, etc.

Espera-se, pois, que este trabalho contribua para conscientizar a sociedade sobre a importância da educação, mas uma educação de qualidade na vida dos indivíduos, em particular, daqueles que buscam ingressar no mercado de trabalho e assim viver com dignidade.

## **2 REVISÃO DE LITERATURA**

A moeda do século XXI é o conhecimento e para atender esta demanda os trabalhadores são obrigados a adquirir uma variedade de informações e novas habilidades para sobreviverem no mercado de trabalho.

Verifica-se que a educação no Brasil, ao longo de sua trajetória, sofreu mudanças e adaptações aos modelos de organização e desenvolvimento do trabalho realizado no setor produtivo capitalista. Nessa lógica, constata-se, por exemplo, que a organização do trabalho escolar, dependendo do contexto sócio-político e econômico do país, assumem características diferenciadas, tendo em vista as exigências postas ao processo de produção.

Dentro desse contexto, especialmente durante a década de 90, no Brasil, os índices de escolarização aumentaram consideravelmente, o que representou avanços do ponto de vista da melhora da qualidade de vida da população brasileira. Não apenas as crianças e jovens passaram a entrar mais cedo na escola como agora permanecem nela por mais tempo.

No entanto, ao mesmo tempo em que cresceu a escolaridade do brasileiro, cresceram também as taxas de desemprego, assim como a precariedade das relações de trabalho e a deterioração dos níveis de renda. Como se explica isso, se a escolaridade passa a ser um recurso inadiável de elevação da qualidade da mão-de-obra, já que há correlação direta entre baixa escolaridade e baixa qualidade ocupacional?

Na verdade, o desemprego crescente de trabalhadores escolarizados, sobretudo

nos setores mais modernos da sociedade, é tomado como um dos argumentos para tornar relativa essa perspectiva instrumental da educação que se expressa como se fosse capaz de garantir o emprego ou, até mesmo, o trabalho.

O que se deve observar é que existe uma diferença entre o grau de escolaridade e qualificação profissional. Uma coisa é o indivíduo ter escolarização, outra é ter qualificação para o mercado de trabalho. No Brasil, por exemplo, a maioria da população não possui o requisito mínimo para disputar uma vaga no mercado formal de trabalho. Por isso, a qualificação profissional torna-se questão de sobrevivência para o trabalhador. Esse é um aspecto que deve ser considerado quando se fala em relação entre escolaridade e desigualdade no mercado de trabalho.

No estudo de Pochmann (2004) outro aspecto que se destaca é a diferenciação em termos do mercado de trabalho entre os jovens de maior e de menor renda. Por exemplo, entre os jovens de baixa renda a ocupação mais comum é o trabalho doméstico (46,2% dos trabalhadores domésticos são jovens). Além disso, o desemprego entre jovens de renda baixa é duas vezes maior que entre os de renda alta (26,2% e 11,6% respectivamente). Pochmann (2004, p. 388) coloca que:

Entre os jovens de baixa renda a maior escolaridade é acompanhada de maiores índices de desemprego- pois esses encontram grande dificuldade em conseguir os trabalhos que exigem melhor qualificação. O mercado de trabalho, diante da enorme escassez de emprego e do elevado excedente de mão-de-obra no país, termina observando a manifestação mais evidente da discriminação, sobretudo quando se trata da população de menor renda e mais escolaridade.

Como se vê, não é apenas o grau de escolaridade que determina a inclusão ou exclusão no mercado de trabalho. Análises referentes à relação entre mercado de trabalho e escolaridade, por um lado, e mercado de trabalho e cor ou “raça”, por outro, já foram empreendidas de diversas maneiras no Brasil. De modo geral, essas análises procuram demonstrar que as chances de maiores níveis de rendimentos e de acesso a emprego estável de pessoas com baixo nível de escolaridade e/ou cor preta (ou mesmo parda) são menores se comparadas às pessoas com níveis mais elevados de escolaridade e/ou que possuam cor branca.

Nessa perspectiva, para Frigotto (1989, p. 15) a relação trabalho e a educação passam a ser exposta de forma ardilosa e sutil, e aparece como direito dentro de uma igualdade abstrata. Ramos (1996, p. 08-09) diz que:

A educação deixa de lado o ideário de uma educação (escola) universal, independente da classe social de origem, mutilando o indivíduo e transformando-o num aparelho automático de trabalho parcial. Toda a possibilidade de desenvolvimento dos sentidos, das aptidões dos indivíduos é eliminada no interior da relação educação e trabalho no final do século XX.

De fato, exige-se do trabalhador novas ações, articuladas com o conhecimento científico, capacidades cognitivas superiores e com a capacidade de intervenção crítica e criativa, perante situações não previstas, que exigem soluções rápidas, originais e teoricamente fundamentadas, para responder ao caráter dinâmico, complexo, interdisciplinar e opaco que caracteriza a tecnologia na contemporaneidade (KUENZER, 2000).

Dentro desse novo contexto do mundo do trabalho já não basta que o trabalhador tenha o ensino fundamental ou médio. É necessário que o mesmo tenha qualificação profissional na área em que almeja o emprego, além de conhecimentos técnicos e tecnológicos. Isso porque se vive na sociedade da tecnologia.

Obviamente, que as dificuldades para inserção no mercado de trabalho, para quem tem pouca ou nenhuma escolaridade, são crescentes. As exigências de maior escolaridade vêm aumentando ano a ano. No Brasil, as pessoas com curso superior têm 20% mais chance de obter um emprego, em relação às pessoas que possuem apenas o curso elementar. Além disso, elas têm 38% menos propensão a ficar desempregadas e, quando ficam, conseguem emprego em um período seis vezes menor.

Outro problema é que a força de trabalho no Brasil, sob o ponto de vista da escolaridade, se encontra ainda em uma posição muito frágil e atrasada em relação a outros países, mesmo latino-americanos. Em média o trabalhador brasileiro possui apenas cinco anos de escolaridade, atrás de Argentina, Uruguai e Chile.

Esta característica, obviamente, coloca limites aos avanços da qualidade e da produtividade, especialmente se for considerado o conteúdo atual do trabalho que requer crescentemente um trabalhador mais preparado e qualificado.

Nesse contexto, o aumento da escolaridade dos trabalhadores é algo normal e, por si só, positivo, pois indica, em termos genéricos, a melhoria da qualidade de vida na sociedade. O grande problema é com relação a qualidade da educação, pois o ensino de qualidade reflete diretamente na inserção do jovem no mercado de trabalho por não possuírem os conhecimentos mínimos exigidos pelas empresas, como: domínio na língua portuguesa, em informática e no inglês (MORAES, 2006).

Em se tratando de cor/raça, o nível de escolaridade também não é o fator mais importante para que o negro possa ingressar no mercado de trabalho. Apesar das transformações sociais e econômicas do Brasil que melhoraram muito as condições do mercado de trabalho na década de 2000, a população negra não foi devidamente integrada nessas melhorias, ou seja, ela continua ocupando uma posição marginal, que remete a uma discriminação dissimulada nas relações de trabalho, que é decorrente de uma discriminação sistemática dos negros no trabalho que aconteceu no período escravista e pós-Abolição, quando os negros foram marginalizados e substituídos por mão-de-obra imigrante européia.

Na verdade, é o sistema capitalista e suas características imanentes como a centralização e acumulação do capital e, conseqüentemente, a miséria, a pobreza e o desemprego gerados por essa lógica; a concorrência; o consumo desenfreado e generalizado que impulsionam as mudanças nas estruturas das necessidades humanas; a divisão do trabalho e suas hierarquizações que limitam as alternativas de sobrevivência para os indivíduos singulares, que independentemente de suas características pessoais, são obrigados a disputarem uns com os outros, em uma “arena” denominada “livre mercado”, no qual as próprias pessoas estão expostas à venda como mercadorias. Mello e Novais (1999, p. 581-582) tecem uma argumentação que vem corroborar com o exposto acima:

[...] O capitalismo cria a ilusão de que as oportunidades são iguais para todos a ilusão de que triunfam os melhores, os mais trabalhadores, os mais diligentes, os mais “econômicos”. Mas, com a mercantilização da sociedade, cada um vale o que o mercado diz que vale. Não há nenhuma consideração pelas virtudes, que não sejam as “virtudes” exigidas pela concorrência, a ambição pela riqueza e a capacidade de transformar tudo, homens e coisas, em objeto de calculo em proveito próprio. No entanto, a situação de partida é sempre desigual, porque o próprio capitalismo, a própria concorrência, entre as empresas e os homens, recria permanentemente assimetrias entre os homens e as empresas [...]

Do que se podem observar pelas mais recentes pesquisas, do ponto de vista do lugar que ocupam no mercado de trabalho, os negros continuam ocupando uma posição marginal. Em se tratando da escolaridade, a média de anos de estudos dos ocupados no Brasil é de 8,2 anos, que equivale ao ensino fundamental completo. Pesquisas mostram que a escolaridade dos negros é menor do que a média em todas as regiões do País e sempre menor do que 8 anos, que equivalem a apenas ensino fundamental completo.

Com relação á ocupação e rendimentos os negros tendem a receber menos do que os não-negros, geralmente por ocuparem postos de trabalho cujos pagamentos não são altos. Também há diferenças de renda entre pessoas que ocupam o mesmo cargo, mulheres não-negras, homens e mulheres negras tendem a receber menos que um homem não negro para exercer a mesma função, mesmo tendo o mesmo nível de educação formal.

Em se tratando do gênero, observa-se que as mulheres se preocupam mais com sua formação profissional do que a maioria dos homens por isso se destaca mais por sua diversidade e processos multifuncionais. Com a elevação dos níveis de escolaridade, as mulheres aumentaram as suas conquistas, como maior qualificação, facilitando ainda mais sua entrada no mercado de trabalho.

Contudo, apesar do crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho as pesquisas indicam que a taxa de atividade feminina ainda está abaixo da masculina e muito embora o grau de escolaridade das mulheres ser maior que o dos homens, 7,1 contra 6,7 anos de estudo, a discriminação entre os gêneros persistem.



Na verdade, apesar de todas as conquistas femininas ao longo da história, em particular, no Brasil, em se tratando de um dos direitos básicos que é o direito ao trabalho as mulheres enfrentam grandes dificuldades no mercado de trabalho, haja vista que ainda representam mais de metade da população desempregada e, quando ocupadas, percebem menores rendimentos do que homens.

A partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) 2013, o levantamento revela que em 2002, o rendimento das mulheres era equivalente a 70% do rendimento dos homens. Dez anos depois, em 2012, a relação passou para 73%. No grupo com 12 anos ou mais de estudo, o rendimento feminino cai para 66% da renda masculina. No caso das mulheres a gente identifica que, à medida que avança a escolaridade, a desigualdade de rendimento entre homens e mulheres aumenta.

Outro destaque é a ocupação dos cargos gerenciais. O acesso de pessoas com 25 anos ou mais a cargos de direção ficou em 5% para as mulheres e 6,4% para os homens. Mesmo em setores em que as mulheres são maioria, como a saúde, a educação e os serviços sociais, há uma desigualdade maior entre homens e mulheres. Nessas áreas, o rendimento das mulheres em cargo de chefia corresponde a 60% do rendimento dos homens.

Os dados revelam também que as mulheres ainda são maioria na ocupação de trabalhos precários e não remunerados, o que diferencia os gêneros na inserção no mercado.

Observa-se, portanto, a desigualdade de gênero presente no mercado de trabalho, pois as mulheres ganham menos do que seus colegas de profissão, e isso é recorrente não só no Brasil, mas também no mundo.

Essa diferença se acentua principalmente quando se comparam os empregos nos setores econômicos, os grupos de horas trabalhadas, a posição na ocupação de estudo, para as autoras as desigualdades salariais se repetem e são marcas pela discriminação que ainda existe sobre as trabalhadoras apesar de suas conquistas. De

acordo com Lombardi (1999, p. 124):

A atividade econômica feminina continua sendo caracterizada pela segregação ocupacional, em setores de baixo status, com remuneração menor que a dos homens, mesmo quando elas exercem a mesma carga horária e têm níveis equivalentes de escolaridade. Além disso, nas áreas que estão abrindo novas oportunidades para as mulheres, as atividades, em grande parte, são de empregos *part-time*, ou em postos precários e menos qualificados, além de uma presença forte no mercado informal.

Dessa maneira o trabalho feminino ainda é marcado pela presença das mulheres em empregos nos quais a precarização se encontra acentuada. Há um elevado grau de discriminação não só em relação à qualidade das ocupações tanto no setor formal, quanto no informal, mas principalmente nas desigualdades salariais entre homens e mulheres.

Qualquer que seja a sua posição no espaço social, as mulheres têm em comum o fato de estarem separadas dos homens por um coeficiente simbólico negativo que, tal como a cor da pele para os negros, ou qualquer outro sinal de pertencer a um grupo social estigmatizado, afeta negativamente tudo que elas são e fazem e está na própria base de um conjunto sistemático de diferenças homólogas (BOURDIEU apud BELTRÃO; TEIXEIRA, 2004).

Como se pode vê, o mercado de trabalho brasileiro está marcado por significativas e persistentes desigualdades de gênero e raça e esse é um aspecto que deve ser levado em conta nos processos de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas em geral, e, em particular, das políticas de emprego, inclusão social e redução da pobreza.

As desigualdades de gênero, idade, renda e raça/cor se expressam claramente nos indicadores de mercado de trabalho, como tem sido demonstrado por vários estudos e pesquisas recentes. Daí porque é necessário se fazer uma análise acurada, precisa e sistemática desses indicadores e de sua evolução como condição para a elaboração de políticas e estratégias voltadas para alteração desse quadro.

Os dados vistos aqui põem por terra a teoria de que a escolaridade é o único fator desencadeante da desigualdade social, pois há outros fatores que a explicam, entre eles os mecanismos de segregação ocupacional baseados no gênero, renda, idade e na raça/cor das pessoas e uma série de mecanismos diretos e indiretos de discriminação.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através deste estudo foi possível perceber que o mundo do trabalho está se modificando. Essas mudanças no campo do trabalho exigem que a escola também se modifique, ou seja, o trabalho intelectual está adquirindo novos contornos, o que obriga a escola a assumir outro papel que não seja mais o de mera repassadora de informações que, inclusive, já estão disponíveis nos meios eletrônicos de comunicação e informação.

Viu-se também que diversas teorias existem para explicar a relação entre educação e trabalho, entre escolaridade e desigualdade social, inclusão e exclusão do indivíduo por meio da educação quando se fala em ingresso no mercado de trabalho.

Por um lado, há os que sustentam que a educação é condição *sine qua non* para a entrada no mercado de trabalho e ascensão social. Esta é a teoria do capital humano que defende a idéia de que as famílias devem investir em educação, como forma de valorizar seu capital humano, pois a educação é essencial para o aumento da produtividade individual.

Para estes estudiosos o capital educacional, acumulado pelo trabalhador, asseguraria não só sua maior produtividade, como explicaria as diferenças individuais de oportunidades de inserção no mercado e de remuneração recebida. Para eles a crise de desemprego contemporânea aponta a necessidade de investimentos em formação profissional.

Outra corrente considera que não basta apenas ter escolaridade para ingressar no mercado de trabalho, haja vista, que outros fatores como renda, idade, cor, sexo

influenciam a inclusão e/ou exclusão do trabalhador no mundo do trabalho. Neste sentido, a educação tem contribuição restrita para a redução das desigualdades sociais.

O que se observa e o que se pode dizer deste estudo é que a escolarização tem sim uma forte relação com as desigualdades sociais e que as pessoas menos escolarizadas tendem a ter mais dificuldades para conseguir emprego. Contudo, esta premissa não é determinante, caso contrário, não haveria o crescente desemprego entre trabalhadores escolarizados.

Assim sendo, várias contradições entre educação e trabalho foram observadas neste estudo. O importante é que se tenha em mente que em um contexto como o brasileiro, no qual a educação ainda não é um direito conquistado por todos, deve-se questionar a relação entre escolaridade, educação e trabalho também a partir das desigualdades geracionais, raciais e de gênero.

## REFERÊNCIAS

ABRAMO, Laís. DESIGUALDADES DE GÊNERO E RAÇA NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO. 2006. Disponível em: [http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252006000400020&script=sci\\_arttext](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252006000400020&script=sci_arttext). Acesso em: 08 de set. de 2015.

BELTRÃO, Kaizô I.; TEIXEIRA, Moema de P. **O vermelho e o negro**: raça e gênero na universidade brasileira – uma análise da seletividade das carreiras a partir dos censos demográficos de 1960 e 2000. Rio de Janeiro: IPEA, outubro 2004 (Texto para discussão 1052).

FEDERAÇÃO DOS BANCÁRIOS DA CUT, São Paulo. disponível em [http://www.fetecsp.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=141:escolaridade-e-emprego-no-brasil&catid=47:bandeira-de-luta&Itemid=78](http://www.fetecsp.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=141:escolaridade-e-emprego-no-brasil&catid=47:bandeira-de-luta&Itemid=78). Acesso em 08 de set. de 2015.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Trabalho, Consciência e a Educação do trabalhador**: impasses teóricos e práticos. In: GOMES, C. M.: FRIGOTTO, G. ARRUDA, M. 1989.

HANUSHEK, E. A. **O fracasso das políticas de escolaridade** Entradas Based. *Econômico Journal*, 113, p. F64-F98, de fevereiro de 2003.

KUENZER, Acácia. **O Ensino Médio agora é para a vida**: Entre o pretendido, o dito e o feito. In: *Educação & Sociedade*, ano XXI, n ° 70, abril: páginas, 15-39. 2000.

LOMBARDI, M. R. **Médicas, arquitetas, advogadas e engenheiras**: mulheres em carreiras profissionais de prestígio. *Revista Estudos Feministas*, v.7, n 1-2, p 9-24, 1999.

MORAES, Antônio Ermírio de Moraes. **Educação pelo amor de Deus**. São Paulo: Ed. Gente, 2006.

MELLO, J.M.C. e NOVAIS, F.A. **Capitalismo tardio e sociabilidade moderna**. In: NOVAIS, F.A. (coord). *História da vida privada no Brasil (4)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p.560-657.

POCHMANN, Márcio. **Educação e trabalho**: como desenvolver uma relação virtuosa? *Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 383-399, maio/ago. 2004.

RAMOS, Lílian Maria Paes de Carvalho. **Educação e Trabalho**: a contribuição de Marx, Engels e Gramsci a filosofia da Educação. In: *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (INEP)*. Brasília, v.77, n. 185, jan/abr: páginas:07-31. 1986.